

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.213 - RS (2020/0275057-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : LORENA SANTOS FAGUNDES AMARAL - RS081347
MONICA DE SOUZA BARBOSA - RS102144
MARJORY SANTOS DA SILVA PINTO - RS114650
AGRAVADO : KELY CRISTINA FELICIANO ROSA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado pelo CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO PROFISSIONAL. NOTIFICAÇÃO. EXIGÊNCIA. Cabe ao juiz verificar a higidez do título que instrui a execução fiscal. A falta de notificação regular invalida o lançamento. Cabe ao Conselho comprovar o envio de notificação, pois é impossível para o contribuinte realizar prova negativa. A notificação de débito referente a várias anuidades, com a inclusão de juros e multa não é apta para constituir o crédito.

Quanto à primeira controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alega violação e divergência jurisprudencial quanto à aplicação dos arts. 3º e 6º, § 1º, da Lei n. 6.830/80, no que concerne à impossibilidade de o Juízo exigir, em sede de execução fiscal, documentação não prevista em lei e à presunção de certeza e liquidez do débito inscrito em dívida ativa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Trata-se de evidente desobediência à vigência da Lei nº 6.830/80. Nos termos do artigo 6º, §1º, da LEF, a petição inicial deve somente ser instruída com a Certidão de Dívida Ativa, sendo que esta goza de presunção de certeza e liquidez (art. 3º da LEF). Não pode, portanto, o MM. Juízo exigir documentação não prevista em lei, atacando frontalmente a presunção legal.
[...]

Consabido, o judiciário somente pode reconhecer *ex officio* as matérias de ordem pública, sendo que os demais casos somente

podem ser alegados pela defesa, sob pena de ferir o princípio da inércia e a própria impessoalidade do Juízo. Sendo assim, a decisão do juízo a quo, que extinguiu a ação por considerar que não houve comprovação do envio da notificação, merece reforma (fl. 292).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, aponta divergência jurisprudencial para fundamentar a tese de que o lançamento de ofício se aperfeiçoa com a notificação do contribuinte para efetuar o pagamento do tributo, sendo suficiente a remessa do boleto ou carnê de cobrança.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, o acórdão recorrido assim decidiu:

Inobstante a afirmação de que enviou três notificações por ano, durante os quatro anos em que a anuidade foi cobrada, nenhuma comprovação da remessa dos carnês foi juntada aos autos. O COREN anexou apenas um aviso de recebimento de comunicação enviada, no ano de 2018.

Não se sabe ao certo se os carnês foram enviados. Não há qualquer indicação de que a executada tenha sido notificada de prazo para apresentar recurso. O Exequente afirma que "Diferentemente do que concluiu o M.M juízo de primeiro grau, houve a notificação regular do executado. O envio dos boletos no COREN-RS se dá por meio de gráfica contratada por meio de licitação, sendo-lhe remetida a lista dos inscritos, para que os boletos sejam gerados, a qual por conseguinte faz a postagem aos Correios."

A falta de notificação regular invalida o lançamento, como bem esclarecido na decisão proferida no AREsp 1664450 pelo Ministro João Otávio de Noronha em 19 de março de 2020 (...)

[...]

Ao que tudo indica, os carnês não foram remetidos na data oportuna, tendo sido enviada uma notificação, muitos anos mais tarde e cujo conteúdo não se conhece. Assim, por falta de notificação regular, andou bem a sentença ao extinguir a execução (fls. 271/172).

Aplicável, portanto, quanto às alíneas "a" e "c", o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado:

Superior Tribunal de Justiça

“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Quanto à segunda controvérsia, incide novamente o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente